

EOL Serra das Vacas Holding S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras Individuais
e Consolidadas Referentes ao Exercício
findo em 31 de Dezembro de 2017 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
EOL Serra da Vacas Holding S.A. e Controladas
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da EOL Serra da Vacas Holding S.A. e Controladas ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

a) Reconhecimento de receita

Conforme divulgado nas notas explicativas 3.12 e 17, às demonstrações financeiras, a receita da Companhia e suas controladas decorre substancialmente do fornecimento e suprimento de energia elétrica. As controladas da Companhia são responsáveis pela construção, operação e manutenção de empreendimentos de geração eólica, cujo contratos negociados no leilão de longo prazo, foram estabelecidos na modalidade de disponibilidade de energia elétrica. Mensalmente, a Administração compara a quantidade de energia de referência (assegurada) nos contratos e a quantidade de energia efetivamente gerada, registrando desta forma um ativo ou passivo contratual (ajustes contratuais). Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da existência de um risco de erro material pelo não reconhecimento adequado desses ajustes contratuais e/ou pelo reconhecimento desses em período incorreto. Dado o potencial impacto que tal assunto poderia acarretar sobre as demonstrações financeiras, este foi considerado por nós como um principal assunto de auditoria.

Nossos procedimentos para endereçar este principal assunto de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos controles internos relevantes para garantir o registro adequado das transações de receita de acordo com o período de competência, (ii) exame documental de todos os contratos de longo prazo de compra e venda de energia com o objetivo de avaliar sua substância econômica, em relação às atividades da Companhia e o adequado tratamento contábil, (iii) recálculo dos ajustes contratuais, de acordo com o predisposto nos contratos de energia; e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos uma deficiência no desenho dos controles internos implantados pela Administração da Companhia relativos ao registro da receita no período correto de competência, que resultou em um ajuste efetuado pela Administração, e cujos impactos em anos anteriores foram considerados não materiais para fins de nossa auditoria. Desta forma, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

b) Monitoramento do cumprimento de cláusulas restritivas (“covenants”)

A Companhia mantém contrato de dívida com BNDES e operação de debêntures com esforços restritos, ambos com cláusulas restritivas (“covenants”). Caso a Companhia não consiga cumprir com as cláusulas restritivas desses instrumentos, estas poderão ser declaradas vencidas antecipadamente, o que poderia motivar uma reclassificação desses passivos não circulantes para circulantes. O monitoramento da situação financeira da Companhia é também parte integrante do processo de avaliação de continuidade das operações realizada pela Administração da Companhia. Esses instrumentos preveem covenants financeiros e não financeiros, conforme divulgado nas notas explicativas 12 e 13, às demonstrações financeiras.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que, apesar de não haver qualquer descumprimento das cláusulas contratuais em 31 de dezembro de 2017, os saldos envolvidos são materiais para a nossa auditoria, bem como a Companhia possui fianças com instituições financeiras atreladas à conclusão (“Completion”) física e financeira do projeto de implantação dos parques eólicos, conforme condições previstas nos contratos, e que também impactam o cálculo dos covenants.

Desta forma, o assunto requereu nossa maior atenção quanto ao cálculo dos índices financeiros e ao atendimento aos índices não financeiros e, portanto, foi considerado um principal assunto em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento do desenho e da implementação dos controles internos relevantes da Companhia relacionados aos processos de monitoramento e cálculo dos covenants implantados pela Administração; (ii) discussões com a Administração acerca da metodologia de cálculo dos covenants financeiros e atendimento das cláusulas não financeiras; (iii) avaliação da sua aderência aos requerimentos dos respectivos instrumentos de dívida; (iv) análise dos cálculos elaborados pela Administração e (v) análise das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os processos de monitoramento da situação financeira adotados pela Administração para os covenants, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros Assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentadas para fins de comparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 28 de março de 2017, o qual não conteve nenhuma modificação.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de março de 2018


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016	2017	2016
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	17	2	10.347	2.358	Fornecedores	11	307	842	6.674	5.346
Contas a receber	5	-	-	12.942	6.650	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	19.279	18.553
Impostos e contribuições a recuperar		73	72	859	721	Debêntures	12	6.401	774	6.401	774
Outros ativos		377	391	1.004	658	Obrigações trabalhistas		-	-	137	116
Total dos ativos circulantes		<u>467</u>	<u>465</u>	<u>25.152</u>	<u>10.387</u>	Obrigações tributárias		46	175	2.024	1.160
						Outros passivos		-	-	170	33
NÃO CIRCULANTES						Total dos passivos circulantes		<u>6.754</u>	<u>1.791</u>	<u>34.685</u>	<u>25.982</u>
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	-	12.574	13.694	NÃO CIRCULANTES					
Outros ativos		-	-	3	12	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	249.462	256.396
Ações preferenciais resgatáveis em controlada:	7	58.323	-	-	-	Debêntures	12	56.326	58.718	56.326	58.718
Investimentos:			74.065	-	-	Partes relacionadas	14	-	19.029	-	19.029
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	-	-	-	-	Outros passivos		-	-	1.216	-
Avaliação patrimonial	8	187.235	178.667	-	-	Total dos passivos não circulantes		<u>56.326</u>	<u>77.747</u>	<u>307.004</u>	<u>334.143</u>
		245.558	252.732	12.577	13.706	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado	9	-	-	485.302	508.078	Capital social	16	205.785	192.355	205.785	192.355
Intangível	10	-	-	1.603	1.613	Prejuízos acumulados		(22.840)	(18.696)	(22.840)	(18.696)
Total dos ativos não circulantes		245.558	252.732	499.482	523.397	Total do patrimônio líquido		182.945	173.659	182.945	173.659
		15.742				TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>246.025</u>	<u>253.197</u>	<u>524.634</u>	<u>533.784</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>246.025</u>	<u>253.197</u>	<u>524.634</u>	<u>533.784</u>						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
DO EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
RECEITA LÍQUIDA	17	-	-	89.561	67.622
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	18	-	-	(40.458)	(32.790)
LUCRO BRUTO		-	-	49.103	34.832
(DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	19	(1.104)	(954)	(3.080)	(7.675)
Equivalência patrimonial	8	8.569	(12.892)	-	-
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL		7.465	(13.846)	46.023	27.157
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	20	3	200	1.541	344
Despesas financeiras	20	(11.612)	(3.718)	(48.347)	(42.735)
		(11.609)	(3.518)	(46.806)	(42.391)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(4.144)	(17.364)	(783)	(15.234)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	21	-	(17)	(3.361)	(2.147)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(4.144)	(17.381)	(4.144)	(17.381)
Número de ações integralizadas - em milhares		207.996	192.355		
Prejuízo por ação (em Reais - R\$)		(0,0199)	(0,09036)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
DO EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(4.144)	(17.381)	(4.144)	(17.381)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(4.144)</u>	<u>(17.381)</u>	<u>(4.144)</u>	<u>(17.381)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total consolidado</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2015		183.066	(1.315)	181.751
Integralização de capital		9.289	-	-
Prejuízo do exercício		-	(17.381)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>192.355</u>	<u>(18.696)</u>	<u>173.659</u>
Aumento de capital - PEC ENERGIA		6.849	-	6.849
Aumento de capital - CHESF		6.581	-	6.581
Prejuízo do exercício		-	(4.144)	(4.144)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u><u>205.785</u></u>	<u><u>(22.840)</u></u>	<u><u>182.945</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do exercício	(4.144)	(17.381)	(4.144)	(17.381)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	-	-	22.721	22.725
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	7.460	349	32.549	28.549
Apropriação de custos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	108	228	234	861
Encargos financeiros sobre mútuos	284	3.139	284	3.139
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas	-	-	(1.468)	(344)
Resultado de equivalência patrimonial	(8.569)	12.892	-	-
Valor residual de baixa de imobilizado e intangível	-	-	67	3.861
Variação de ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber	-	-	(6.292)	(6.649)
Impostos e contribuições a recuperar	(1)	(60)	(138)	(169)
Outros ativos	14	(328)	(337)	(444)
Fornecedores	(535)	836	1.328	(40.441)
Obrigações trabalhistas	-	-	21	(137)
Obrigações tributárias	(129)	175	3.390	620
Outros passivos	-	-	1.353	(13)
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(3.745)	(7)	(25.938)	(11.858)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(2.526)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(9.257)	(157)	21.104	(17.681)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	2.588	(13.350)
Aquisição de bens do ativo imobilizado/intangível	-	-	(3)	(12.080)
Baixa de investimento	-	-	-	-
adiantamento para futuro aumento de capital e resgate de ações preferenciais resgatáveis	15.742	(44.660)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	15.742	(44.660)	2.585	(25.430)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamento mútuo	(5.882)	(35.040)	(5.882)	(35.040)
Integralização de capital	-	9.289	-	9.289
Captação de debentures	-	68.000	-	68.000
Custos a amortizar debentures	-	(6.778)	-	(6.778)
Captação de empréstimos	-	-	-	35.523
Custos a amortizar	-	-	-	(681)
Empréstimos financiamentos e debentures pagos	(588)	(2.300)	(9.818)	(38.459)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(6.470)	33.171	(15.700)	31.854
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15	(11.646)	7.989	(11.257)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Saldo inicial	2	11.648	2.358	13.615
Saldo final	17	2	10.347	2.358
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15	(11.646)	7.989	(11.257)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EOLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia denominada Eólica Serra das Vacas Holding S.A., com tipo jurídico “Sociedade por Ações” de capital fechado, está sediada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1931, 7º andar, sala 4, Jardim Paulistano, CEP. 01452-910, na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a participação direta nas seguintes sociedades por ações, denominadas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.

A Eólica Serra das Vacas Holding S.A. foi constituída conforme Ata da Assembleia de Constituição da Sociedade por Ações datada em 31 de agosto de 2015.

Em 31 de dezembro de 2017, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos seus ativos circulantes no montante de R\$6.287 na controladora e R\$9.533 no consolidado (R\$1.326 na controladora e R\$15.595 no consolidado em 31 de dezembro de 2016) A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se às obrigações contraídas com o BNDES e debêntures para o financiamento da construção das unidades geradoras enquanto que as contas a receber refletem apenas parte da receita advinda da venda de energia do ano. A expectativa da Administração é que a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhias e de suas controladas.

2. ENTIDADES DO GRUPO

2.1 Sociedades controladas

A Companhia possui participações em outras sociedades, com forma jurídica de constituição única, possuindo o controle das demais. O objeto social é predominantemente a exploração de serviços no ramo de energia elétrica por fonte eólica.

A relação das sociedades controladas, com suas denominações sociais e as respectivas participações em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estão demonstradas a seguir:

	Potência instalada em kW	Garantia física em kW médio	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Eólica Serra das Vacas I S.A.	23.920	12.200	100%	100%
Eólica Serra das Vacas II S.A.	22.295	10.700	100%	100%
Eólica Serra das Vacas III S.A.	22.235	11.500	100%	100%
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	<u>22.295</u>	<u>11.200</u>	100%	100%
	<u>90.745</u>	<u>45.600</u>		

As empresas controladas, Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A., tem sede no município de São Paulo, estado de São Paulo e os parques eólicos instalados no município de Paranatama, estado de Pernambuco. As controladas operaram em fase de testes até o fim do exercício de 2015. Em janeiro de 2016, as controladas iniciaram suas atividades comerciais.

2.2 Contrato de autorização

As controladas, através das portarias do Ministério de Minas e Energia nº234 de 29 de maio de 2014, nº 240 de 30 de maio de 2014, nº 251 de 4 de junho de 2014 e nº263 de 6 de junho de 2014, posteriormente atualizadas pelas resoluções autorizativas 5534, 5535, 5536 e 5537, de 27 de outubro de 2015, foram autorizadas à estabelecerem-se como Produtoras Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das Autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

2.3 Comercialização de energia

As controladas, participaram do 17º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e realizado em 18 de novembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 09/2013-ANEEL. Em 28 de novembro de 2014, as controladas assinaram os CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com as respectivas distribuidoras de energia. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do período de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2016.

Em julho de 2017, as controladas participaram do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova - MCSD EN e descontrataram pelo período de seis meses, 100% dos contratos celebrados no CCEAR, e firmou contrato no ambiente de contratação livre – ACL.

As controladas ofertaram, em 26 de dezembro de 2017, o total de seus volumes de geração de energia elétrica ao Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova – MCSD, para o período de doze meses, a ser iniciado em janeiro de 2018.

2.4 Riscos das operações

a) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis -CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível, (b) provisão para recuperação dos ativos. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional (Real), que é a moeda funcional da Companhia.

c) Base de consolidação

As políticas contábeis e as demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das Controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em controladas são contabilizados na controladora através do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação de investimentos em controladas, resultados de equivalência patrimonial, provisão para perdas em operações de controladas, dividendos a receber e a distribuir e créditos e débitos relativos a transações entre as sociedades consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas, quando aplicável.
- Eliminação dos lucros não realizados, quando aplicável.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis mensurados pelo custo amortizado, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

3.3. Instrumentos financeiros - Ativos

São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

A Companhia e suas controladas têm como principais ativos financeiros: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) aplicações financeiras vinculadas; e (iii) ações preferenciais resgatáveis; e (iv) contas a receber.

3.4. Instrumentos financeiros – Passivos

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: (i) fornecedores; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) debêntures; e (iv) partes relacionadas.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos CCEARs são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE no âmbito do mercado regulado e não regulado.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária.

3.6. Estimativa para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam incorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas Controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos ativos das controladas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em 5 anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.9. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.10. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.11. Debentures, empréstimos e financiamentos

As debêntures e os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos das debêntures e empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures e os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.12. Reconhecimento de receita

a) Receita de comercialização de energia

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A mensuração dos impostos diferidos ativos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos.

Regime de tributação do imposto de renda e contribuição social nas controladas

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.14. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de geração de energia elétrica fonte renovável eólica.

3.15. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para exercícios contábeis anuais futuros. Não houve adoção antecipada das normas, e a Companhia está avaliando as alterações, embora não espere impactos relevantes.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Data da adoção a partir de:</u>
IFRS 9/CPC48 - Instrumentos Financeiros (a)	01/01/2018
IFRS 15/ CPC47 - Receita de Contratos com Clientes (a)	01/01/2018
IFRS 16 CPC06- Operação de Arrendamento Mercantil (a)	01/01/2019

(a) A adoção antecipada não é permitida pelo CPC

As demais alterações mandatórias para demonstrações financeiras, com início em 1º de janeiro de 2017, não foram listadas acima devido à sua não-aplicação ou à sua imaterialidade para a Companhia.

4. CAIXA E QUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa	-	-	5	4
Depósitos bancários	17	2	63	2.345
Aplicações Financeiras (*)	-	-	10.279	9
	<u>17</u>	<u>2</u>	<u>10.347</u>	<u>2.358</u>

(*) Refere-se a aplicações financeiras realizadas com o Banco Itaú, com rendimentos de 75% do Certificado de Depósito Interbancário, com liquidez imediata e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2017	2016
Fornecimento de energia elétrica (a)	12.691	6.650
Conta de ajuste contratual (quadriênio) de energia CCEAR (b)	251	-
	<u>12.942</u>	<u>6.650</u>

(a) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no ACL - Ambiente de contratação livre e de fornecimento de energia elétrica liquidada no MCP – Mercado de curto prazo.

(b) Saldo referente ao ajuste contratual anual e acumulado (quadriênio) dos contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CAIXA RESTRITO)

	Consolidado	
	2017	2016
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI	<u>12.574</u>	<u>13.694</u>

Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os rendimentos médios foram de 99,41% do CDI (98,44% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2017).

Saldo correspondente ao valor necessário para perfazer, no mínimo, o montante equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação do serviço da dívida do empréstimo com o BNDES mencionado na nota explicativa nº 13.

7. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS EM CONTROLADAS

	Controladora	
	2017	2016
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	58.323	-
	<u>58.323</u>	<u>-</u>

a) Ações preferenciais resgatáveis em controladas

Em 29 de agosto de 2017, o Conselho de Administração das empresas controladas Eólica Serra das Vacas I S.A, Eólica Serra das Vacas II S.A, Eólica Serra das Vacas III S.A, e Eólica Serra das Vacas IV S.A aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, totalizando o valor de R\$63.270.

A data de resgate é até 29 de agosto de 2029 e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 40.058.526. O valor de emissão por ação e o valor do resgate por ação, está demonstrado a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Eólica Serra das Vacas I S/A	1,5046	0,2065	1,2980
Eólica Serra das Vacas II S/A	1,6147	0,3804	1,2343
Eólica Serra das Vacas III S/A	1,6956	0,3948	1,3008
Eólica Serra das Vacas IV S/A	1,5758	0,2619	1,3138

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$11.559, e parte como reserva de capital no montante de R\$51.711. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total de emissão deduzido dos resgates realizados até 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$58.323, foi registrado como passivo circulante nas empresas controladas, em contrapartida a uma conta no ativo não circulante, na controladora.

	Ações preferenciais resgatadas		Legislação societária	
	Quantidade	Valor de emissão	Capitalizadas	Reserva de capital
Eólica Serra das Vacas I S/A	14.317.602	21.543	(2.954)	18.585
Eólica Serra das Vacas II S/A	7.536.319	12.169	(2.868)	9.302
Eólica Serra das Vacas III S/A	7.260.540	12.312	(2.869)	9.445
Eólica Serra das Vacas IV S/A	10.944.065	17.246	(2.867)	14.379
	<u>40.058.526</u>	<u>63.270</u>	<u>(11.559)</u>	<u>51.711</u>

	Movimentação do período		
	31.08.2017 (AGE)	Resgates	31.12.2017
Eólica Serra das Vacas I S/A	21.543	1.535	20.008
Eólica Serra das Vacas II S/A	12.169	1.260	10.909
Eólica Serra das Vacas III S/A	12.312	1.065	11.247
Eólica Serra das Vacas IV S/A	17.246	1.087	16.159
	<u>63.270</u>	<u>4.947</u>	<u>58.323</u>

8. INVESTIMENTOS

A composição do saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2017:

	Controladora	
	2017	2016
Avaliação patrimonial	187.235	178.667
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	74.065
	<u>187.235</u>	<u>252.732</u>

a) Movimentação do saldo dos investimentos:

Controlada	2017		
	Saldo em 31.12.2016	Equivalência patrimonial	Saldo em 31.12.2017
Eólica Serra das Vacas I S/A	42.337	1.882	44.219
Eólica Serra das Vacas II S/A	45.528	3.651	49.179
Eólica Serra das Vacas III S/A	45.243	508	45.750
Eólica Serra das Vacas IV S/A	45.559	2.528	48.087
	<u>178.667</u>	<u>8.569</u>	<u>187.235</u>
Controlada	2016		
	Saldo em 31.12.2015	Equivalência patrimonial	Saldo em 31.12.2016
Eólica Serra das Vacas I S/A	48.323	(5.986)	42.337
Eólica Serra das Vacas II S/A	47.850	(2.322)	45.528
Eólica Serra das Vacas III S/A	47.674	(2.431)	45.243
Eólica Serra das Vacas IV S/A	47.712	(2.153)	45.559
	<u>191.559</u>	<u>(12.892)</u>	<u>178.667</u>

b) As informações financeiras das controladas estão apresentadas a seguir:

Empreendimentos	2017			Lucro
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	do exercício
Eólica Serra das Vacas I S/A	139.533	(94.889)	(44.644)	1.882
Eólica Serra das Vacas II S/A	127.601	(78.422)	(49.179)	3.651
Eólica Serra das Vacas III S/A	125.742	(79.992)	(45.750)	508
Eólica Serra das Vacas IV S/A	131.712	(83.627)	(48.085)	2.528
	<u>524.588</u>	<u>(336.930)</u>	<u>(187.658)</u>	<u>8.569</u>

Empreendimentos	2016			Prejuízo
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	do exercício
Eólica Serra das Vacas I S/A	141.552	(99.215)	(42.337)	(5.986)
Eólica Serra das Vacas II S/A	128.861	(83.333)	(45.528)	(2.322)
Eólica Serra das Vacas III S/A	128.869	(83.626)	(45.243)	(2.431)
Eólica Serra das Vacas IV S/A	134.034	(88.475)	(45.559)	(2.153)
	<u>533.316</u>	<u>(354.649)</u>	<u>(178.667)</u>	<u>(12.892)</u>

c) Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC

As necessidades de caixa das controladas mantidas pela controladora são suportadas por meio de aportes realizados pelos acionistas com recursos próprios e na proporção de suas participações e registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital -AFAC.

Tais aportes são realizados em sua maioria por meio de depósito na conta corrente bancária da respectiva controlada, com o objetivo de custear as obras previstas a serem concretizadas, até que o fluxo de caixa de cada uma das controladas seja positivo.

A Companhia avalia anualmente a necessidade de registro de aumento de capital das SPEs com base nos saldos de adiantamento para futuro aumento de capital- AFAC, compostos a seguir:

	Controladora	
	2017	2016
Eólica Serra das Vacas I S.A.	-	23.757
Eólica Serra das Vacas II S.A.	-	15.072
Eólica Serra das Vacas III S.A.	-	15.267
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	-	19.969
	-	<u>74.065</u>

Durante o exercício de 2017, do montante de R\$74.065, R\$63.270 foi transformado em ações preferenciais resgatáveis e R\$10.795 foi devolvido à Companhia pelas controladas.

9. IMOBILIZADO

a) Imobilizado em curso

	Consolidado							Total
	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	A ratear	Desenvolvimento de projeto	Adiantamento a fornecedores	Material depósito	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.865	72.066	372.525	69.079	2.350	4.400	-	522.285
Aquisições	-	9.464	357	886	-	-	1.071	11.778
Baixas	-	-	-	-	-	(3.849)	-	(3.849)
Transferências	(1.865)	(81.530)	(372.882)	(69.965)	(2.350)	(551)	-	(529.143)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-	1.071	1.071
Aquisições	3	-	-	-	-	-	-	3
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3	-	-	-	-	-	1.071	1.074

b) Imobilizado em serviço

	Consolidado					
	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículo	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	45	178	58	281
Aquisições	1	-	298	-	1	300
Transferências	1.886	83.923	443.305	-	29	529.143
Depreciações	-	(2.804)	(19.869)	(37)	(7)	(22.717)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.887	81.119	423.779	141	81	507.007
Baixas	-	-	-	(67)	-	(67)
Depreciações	-	(2.823)	(19.870)	(13)	(5)	(22.711)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1.887</u>	<u>78.296</u>	<u>403.909</u>	<u>63</u>	<u>73</u>	<u>484.228</u>
Segregado em:						
Custo	1.887	83.923	443.653	138	94	529.695
Depreciação acumulada	-	(5.627)	(39.744)	(75)	(21)	(45.467)
	<u>1.887</u>	<u>78.296</u>	<u>403.909</u>	<u>63</u>	<u>73</u>	<u>484.228</u>
Vida útil média - em anos	-	31,04	15,29	7,0	16,0	
Taxa média de depreciação - em %	-	3,22	6,54	14,29	6,25	
Total geral – líquido						<u>485.302</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis.

10. INTANGÍVEL

	Consolidado		
	Servidões	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.586	43	1.629
Aquisições	-	4	4
Baixas	(12)	-	(12)
Amortização	-	(8)	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.574	39	1.613
Amortização	-	(10)	(10)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.574	29	1.603
Segregado em:			
Custo	1.574	61	1.635
Amortização acumulada	-	(32)	(32)
	1.574	29	1.603
Vida útil média - em anos	35	5	-
Taxa média de depreciação - em %	2,85	20	-

11. FORNECEDORES

As contas a pagar de fornecedores incluem obrigações a pagar de bens ou serviços que foram adquiridos no decorrer da construção e custos de manutenção após a entrada dos parques em operação

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores de materiais e serviços	307	842	6.674	5.346

12. DEBÊNTURES

O Conselho de Administração da Eólica Serra das Vacas Holding S.A aprovou, em 9 de setembro de 2016, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas series. Para a 1º serie foram emitidas 23.000 (vinte e três mil) e na 2º serie 45.000 (quarenta e cinco mil), totalizando 68.000 (sessenta e oito mil) debêntures, com valor Nominal Unitário de R\$1.000 (um mil reais), totalizando, na data de emissão, o Valor Total da Emissão de R\$68.000 (sessenta e oito milhões de reais).

A 1º série está sendo amortizada em 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2016 e juros de 8,37% ao ano + IPCA. Os montantes foram liberados à Companhia ao longo de dezembro de 2016.

A 2º serie será amortizada em 25 (vinte e cinco) parcelas semestrais e consecutivas com a 1º parcela devida em 15 de julho de 2018 e juros de 8,5818% ao ano + IPCA. Os montantes foram liberados à Companhia ao longo de dezembro de 2016.

Os recursos líquidos captados em 14 de dezembro de 2016 foram destinados a investimentos nas controladas: Eólica Serra das Vacas I S.A, Eólica Serra das Vacas II S.A, Eólica Serra das Vacas III S.A, Eólica Serra das Vacas IV S.A.:

A escritura de emissão de debêntures prevê cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Principal e juros incorridos	69.219	66.041
(-) Custo de transação a amortizar	<u>(6.492)</u>	<u>(6.549)</u>
	<u>62.727</u>	<u>59.492</u>
Segregado entre:		
Circulante	6.401	774
Não circulante	<u>56.326</u>	<u>58.718</u>
	<u>62.727</u>	<u>59.492</u>

A movimentação do exercício é conforme segue:

	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2015	27.812
Liberação debentures	68.000
Juros incorridos	5.128
Amortização de juros	(4.786)
Amortização de principal	(30.702)
Adição custos a amortizar	(6.778)
Apropriação custos a amortizar	818
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>59.492</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	59.492
Juros incorridos	7.460
Amortização de juros	(3.745)
Amortização de principal	(588)
Apropriação custos a amortizar	108
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>62.727</u>

As parcelas vincendas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	R\$
2019	1.014
2020	2.239
2021	2.169
2022	2.436
2023	2.704
2024 – 2028	19.333
2029 – 2030	<u>26.431</u>
	<u>56.326</u>

A escritura de emissão de debêntures prevê cláusulas de vencimento antecipado.

Destacamos abaixo a cláusula que diz respeito a índices financeiros:

- a) Não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida – ICSD de 1,20, sendo que (i) o ICSD será considerado como cumprido apenas caso esteja no intervalo entre 1,10 e 1,20 e sejam depositados recursos de complementação do ICSD, de forma que o ICSD somado aos recursos complementares seja 1,20, conforme metodologia prevista na escritura e (ii) o ICSD estará descumprido caso seja inferior a 1,10. O ICSD será apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras anuais e condições detalhadas na escritura das debêntures a partir do exercício a findar em 31 de dezembro de 2017.

As debêntures contam com as garantias reais resumidas abaixo:

- a) Penhor em primeiro grau de todas as ações da Companhia e quaisquer benefícios associados à essas ações;
- b) Penhor em primeiro grau de todas as ações das investidas da Companhia e quaisquer benefícios associados à essas ações;
- c) Penhor em primeiro grau dos equipamentos de propriedade das investidas;
- d) Cessão fiduciária pela Companhia dos recursos depositados na conta de pagamento das debêntures, na conta reserva especial Holding e na conta de complementação do ICSD, bem como direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados e a serem celebrados entre as controladas e a Companhia;
- e) Cessão fiduciária pelas controladas dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulado e de quaisquer outros contratos ou receitas das controladas.

As debêntures apresentam garantias fidejussórias resumidas abaixo:

- a) Fianças das controladas que se obrigam, solidariamente entre si e com a Controladora, na qualidade de fiadoras e codevedoras solidárias, pelo fiel, integral e pontual pagamento das obrigações garantidas;
- b) Fianças bancárias até que seja observado o “Completion” físico e financeiro do projeto, conforme condições previstas na escritura.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As controladas da Companhia captaram um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados às controladas com data final de amortização em 15 de julho de 2032

No contrato de financiamento há cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e qualitativos. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

	Consolidado	
	2017	2016
BNDDES	270.443	276.776
(-) Custo de transação a amortizar	(1.702)	(1.827)
	<u>268.741</u>	<u>274.949</u>
Segregado entre:		
Circulante	19.279	18.553
Não circulante	<u>249.462</u>	<u>256.396</u>
	<u>268.741</u>	<u>274.949</u>

As parcelas vincendas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>R\$ mil</u>
2019	10.488
2020	11.375
2021	12.336
2022	13.378
2023	14.509
2024 - 2028	93.141
2029 - 2032	<u>94.235</u>
	<u>249.462</u>

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15 de agosto de 2016 a 15 de julho de 2032. O principal é atualizado por TJLP + 2,45% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal.

Foram dadas como garantias do referido contrato, ações da Eólica Serra das Vacas Holding S.A; Ações das empresas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

As controladas tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BDNES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

Por fim, note-se que o empréstimo em questão prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida - ICSD de 1,20, descrito na nota explicativa nº 12, acima.

A movimentação do período é conforme segue:

	<u>R\$ mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	231.472
Liberação de recursos	35.523
Amortização de principal	(7.757)
Amortização de juros	(7.072)
Juros incorridos	23.421
Apropriação de custos de transação	43
Adição de custos de transação a amortizar	(681)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>274.949</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	274.949
Amortização de principal	(9.230)
Amortização de juros	(22.193)
Juros incorridos	25.089
Apropriação de custos de transação	126
Saldo em 31 de dezembro 2017	<u>268.741</u>

A Companhia atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e forneceu como garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

Adicionalmente, não há contratos de empréstimos em nome da controladora.

14. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos, assim como as transações que influenciaram o resultado, relativas às operações com partes relacionadas são decorrentes de transações com empresas controladas e profissionais-chave da Administração.

14.1. Contratos de Mútuo

Apresentamos a seguir os respectivos saldos de mútuos ativos e passivos:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
PASSIVO		
CHESF	-	9.274
PEC Energia	-	9.755
	<u>-</u>	<u>19.029</u>

Referem-se a mútuos entre a Companhia e suas controladoras, atualizados pelo IPCA. Do montante de R\$19.029, foi capitalizado R\$13.430 e o saldo remanescente foi devolvido durante o exercício de 2017.

Em 01 de agosto de 2017, o Conselho de Administração aprovou em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o aumento de capital social no montante de R\$13.430, representado por emissão de ações ordinárias nominativas sem valor nominal. A integralização foi realizada mediante a capitalização de parte do saldo dos contratos de mútuo.

Movimentação do exercício:

	R\$		
	PEC ENERGIA	CHESF	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.755	9.274	19.029
Atualização monetária	145	139	284
Pagamentos	(3.050)	(2.831)	(5.881)
Capitalização	(6.850)	(6.580)	(13.430)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-

14.2 Remuneração da diretoria

O pessoal-chave da Administração inclui diretores. A remuneração paga aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi no montante de R\$344 (R\$559 em 31 de dezembro de 2016)

15. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base nas avaliações dos assessores legais, determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

A Companhia é parte em processos judiciais, cuja probabilidade de risco de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2017, o total era de R\$18 referente a processos de natureza trabalhista.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social integralizado é no montante de R\$205.785 (R\$192.355 em 31 de dezembro de 2016), dividido em 207.996.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

	Controladora			
	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Quantidade de ações	%
Acionistas:				
PEC Energia S.A.	104.950	104.950	104.950.350	51%
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	100.835	100.835	100.834.650	49%
	<u>205.785</u>	<u>205.785</u>	<u>205.785.000</u>	

Em 01 de agosto de 2017, o conselho de Administração aprovou por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o aumento de capital social no montante de R\$13.430, representado por emissão de ações ordinárias nominativas sem valor nominal. A integralização foi realizada mediante a capitalização de parte do saldo de contratos de mútuo.

Todos os aumentos de capital com emissões de ações ocorridas durante o 2016 e 2017 foram deliberados e aprovados em Assembleia Geral do Extraordinária.

16.2. Reserva legal

Constituída com 5% do lucro do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

16.3. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976.

17. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Suprimento de energia elétrica	92.959	70.400
(-) Deduções:		
PIS	(557)	(454)
COFINS	(2.608)	(2.107)
Taxa de fiscalização da Aneel	(233)	(217)
	<u>(3.398)</u>	<u>(2.778)</u>
	<u>89.561</u>	<u>67.622</u>

18. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Energia comprada para revenda	(7.672)	-
Depreciação e amortização	(22.721)	(22.725)
Despesa com pessoal	(885)	(1.169)
Serviços de terceiros	(5.587)	(4.720)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(2.882)	(2.387)
Arrendamentos e alugueis	(775)	(867)
Material	(1.113)	(95)
Outros	1.177	(827)
	<u>(40.458)</u>	<u>(32.790)</u>

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>Controladora</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Seguros	(431)	(389)
Serviços de terceiros	(667)	(499)
Outros	(6)	(66)
	<u>(1.104)</u>	<u>(954)</u>

	Consolidado	
	2017	2016
Despesa com pessoal	(473)	(1.565)
Seguros	(431)	(389)
Serviços de terceiros	(2.167)	(5.337)
Outros	(9)	(385)
	<u>(3.080)</u>	<u>(7.675)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora	
	2017	2016
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	<u>3</u>	<u>200</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(7.568)	(349)
Comissão fiança	(2.938)	-
Juros sobre mútuos	(284)	(3.139)
Outras	<u>(822)</u>	<u>(230)</u>
	<u>(11.612)</u>	<u>(3.718)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(11.609)</u>	<u>(3.518)</u>

	Consolidado	
	2017	2016
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	1.468	343
Outras	<u>73</u>	<u>1</u>
	<u>1.541</u>	<u>344</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(32.783)	(28.456)
Comissão fiança	(12.475)	(8.386)
Juros sobre mútuos	(284)	(3.139)
IOF	(645)	(667)
Multas	(839)	(31)
Despesas Bancárias	(1.321)	(2.014)
Outras	<u>-</u>	<u>(42)</u>
	<u>(48.347)</u>	<u>(42.735)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(46.806)</u>	<u>(42.391)</u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes, debitados ao resultado do período nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentada a seguir:

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017		2016	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Suprimento de Energia	92.959	92.959	70.400	70.400
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	7.437	11.155	5.600	8.448
Receitas financeiras	1.541	1.541	217	217
Outras receitas	226	226	-	-
Base de cálculo	9.204	12.922	5.817	8.665
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Subtotal	(1.381)	(1.163)	(873)	780
Adicional de IRPJ	(817)	-	(495)	-
Despesas com IRPJ e CSLL	<u>(2.198)</u>	<u>(1.163)</u>	<u>(1.368)</u>	<u>(780)</u>

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Hierarquia de valor justo	Controladora		
		Classificação	2017	2016
ATIVOS				
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	17	2
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	58.323	-
PASSIVOS				
Fornecedores	Nível 2	Outros passivos financeiros	307	842
Debentures	Nível 2	Outros passivos financeiros	62.727	59.492
Partes relacionadas	Nível 2	Outros passivos financeiros	-	19.029

Consolidado				
	Hierarquia de valor justo	Classificação	2017	2016
ATIVOS				
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	10.347	2.358
Contas a receber	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	13.366	6.650
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	12.574	13.694
PASSIVOS				
Fornecedores	Nível 2	Outros passivos financeiros	6.674	5.346
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Outros passivos financeiros	268.741	274.949
Debêntures	Nível 2	Outros passivos financeiros	62.727	59.492
Partes relacionadas	Nível 2	Outros passivos financeiros	-	19.029

b) Valor justo

Não existem divergências significativas entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Em 31 de dezembro de 2017, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos seus ativos circulantes no montante de R\$6.287 na controladora e R\$9.533 no consolidado (R\$1.326 na controladora e R\$15.595 no consolidado em 31 de dezembro de 2016) A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se às obrigações contraídas com o BNDES e debêntures para o financiamento da construção das unidades geradoras enquanto que as contas a receber refletem apenas parte da receita advinda da venda de energia no ano. A expectativa da Administração é que a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia e de suas controladas.

e) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

f) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco

g) Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das demonstrações financeiras, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- IPCA - acumulado últimos 12 meses: 2,95%;
- TJLP: 7,00%;

CDI - acumulado últimos 12 meses: 9,93%. Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e do Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Controladora	2017	Índice ao ano	Cenários		
			Provável	(25%)	(50%)
Debêntures	(62.727)	IPCA+8,5%	(7.182)	(8.978)	(10.773)
<hr/>					
Consolidado	2017	Índice ao ano	Cenário		
			Provável	(25%)	(50%)
Debêntures	(62.727)	IPCA+8,5%	(7.182)	(8.978)	(10.773)
Empréstimos e financiamentos	(268.741)	TJLP+2,45%	(25.396)	(31.745)	(38.094)
Aplicações financeiras vinculadas	12.574	CDI	1.249	936	624
	<u>(318.894)</u>		<u>(31.329)</u>	<u>(39.787)</u>	<u>(48.243)</u>

h) Risco de capitalização

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Dívida de empréstimos, financiamentos e debêntures	331.468	334.441
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações	22.921	16.052
Dívida líquida	308.547	318.389
Patrimônio líquido	182.945	173.659
Índice de alavancagem financeira - %	169%	183%

23. COMPROMISSOS

- (a) As controladas da Companhia mantem compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores – O&M, no montante de aproximadamente R\$2.900 ao ano, com vencimento em 2026, ao qual possuem reajuste anual pelo IPCA.
- (b) As controladas da Companhia mantem compromisso de cumprimento dos contratos de arrendamentos no montante de aproximadamente R\$780 ao ano, com vencimento em 2049, os quais possuem reajuste anual pelo IPCA.

24. SEGUROS (*)

Objeto	Controladora e Consolidado				Segurado
	Importância segurada	Vigência		Controladora e controladas	
		Início	Fim		
Responsabilidade civil geral	10.000	19/11/2017	19/11/2018	Controladora e controladas	
Riscos operacionais - Parque eólico das investidas	120.000	19/11/2017	19/11/2018	Controladas	

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

25. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>2017</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Integralização de capital na Companhia	13.430	13.430
Ações preferenciais resgatáveis	58.323	-

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Comercialização de energia

As controladas obtiveram a redução de 100% da oferta de energia celebrada nos contratos no âmbito no CCEAR, para o exercício a findar em 2018. Em 19 de janeiro de 2018, foi recebida a confirmação positiva da CCEE através do Comunicado 046/18 e ato contínuo, firmaram contratos no ACL.

b) Comunicação acerca da aprovação da alienação das participações societárias por parte da Eletrobrás

Em 23 de fevereiro de 2018, a Centrais Elétricas Brasileiras S/A – “Eletrobrás”, comunicou ao mercado a aprovação da alienação das participações societárias em setenta sociedades de propósito Especifico “SPEs” detidas por cinco de suas subsidiárias, dentre elas destaca-se a Companhia Hidro Elétrica São Francisco – “Chesf” detentora de 49% da participação acionária desta companhia. A alienação de sua participação foi dada pela Chesf a Eletrobrás com o objetivo de promover a quitação de dívidas.

Esta operação faz parte de uma das etapas previstas no Plano Diretor de Negócios e Gestão “PDNG” 2018/2022 da Eletrobrás, amplamente divulgado ao mercado, do qual destaca-se a iniciativa de desinvestimento em SPEs, por meio da alienação das participações societárias através de dação em pagamento para a quitação de dívidas de suas controladas. A operação de alienação das participações societárias em SPEs detidas pelas controladas se dará em formato de leilão previsto para ser realizado em 7 de julho de 2018.

27. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 05 de março de 2018.
